

A Ambiguidade da(s) Narrativa(s) de Obama Sobre o Uso da Força

Francisca Saraiva

Os *Working Papers* do Instituto da Defesa Nacional resultam de investigação residente e associada, promovida pelo Instituto da Defesa Nacional.

Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre as questões de segurança e defesa nacional e internacional.

FICHA TÉCNICA

Diretor

Vítor Rodrigues Viana

Coordenação Científica

Isabel Ferreira Nunes

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa, Portugal

Tel. + (351)213 924 600

Fax: + (351)213 924 658

Email: idn.publicacoes@defesa.pt

<http://www.idn.gov.pt>

ISSN: 2183-8429

ISBN: 978-972-9393-36-5

Resumo

O texto aborda a retórica presidencial de Obama em relação ao papel da força armada na política externa americana a partir das narrativas de segurança nacional construída pelas elites nacionais. Argumenta-se que a cultura estratégica norte-americana do pós-Guerra Fria tem estado ligada a uma narrativa de declínio do poder internacional dos Estados Unidos, construída nacionalmente, e crescentemente a uma narrativa secundária, a narrativa do caos terrorista. A consequência mais imediata das ambiguidades da Administração Obama, que promove a paz e faz a guerra (justa), é a possibilidade de consolidação da teoria do declínio e a institucionalização e normalização da guerra contra o terrorismo como nova ameaça à cultura estratégica dos Estados Unidos.

Introdução

Os propósitos deste texto são dois. Por um lado, o artigo discute a retórica presidencial de Obama sobre o papel da força armada na política internacional a partir de uma narrativa estratégica que prevê o declínio dos Estados Unidos como potência liderante do sistema internacional. Esta narrativa, na medida em que é construída pelas elites nacionais, oferece uma leitura institucional dos contextos regional e internacional em que a política americana se move, colocando o foco da análise nos constrangimentos internos inerentes ao processo de decisão, afastando-se deste modo da análise mais tradicional dos constrangimentos externos que afetam a decisão em política externa. Por outro lado, argumenta-se que a retórica do declínio da potência liderante está em transformação e articulação com narrativas secundárias, que a alimentam e da qual no fundo emanam originariamente, como é o caso da luta antiterrorista como narrativa sobre o caos, a desordem e a insegurança.

O texto está dividido em secções. A primeira secção permite compreender os contornos da narrativa do declínio dos Estados Unidos no contexto da cultura estratégica norte-

americana. A segunda secção revisita a narrativa contraterrorista da Administração Bush e os seus pontos de contacto com os debates nacionais em torno da tese do declínio da potência liderante do sistema internacional. Na terceira secção examinamos o desempenho da Administração Obama em termos de articulação dos dois discursos. Por último, a conclusão oferece alguns comentários finais sobre determinados aspetos da investigação.

A narrativa do declínio na cultura estratégica norte-americana

A política de segurança nacional resulta da ponderação de fatores estruturais que relacionam variáveis de natureza internacional e de natureza interna, como sejam as prioridades do país no domínio da segurança, os meios políticos, económicos e militares disponíveis e o tipo de cultura estratégica nacional (Murray e Viotti, 1994).

A análise e formulação da política de segurança nacional nem sempre dão a devida atenção ao estudo do fator cultural. O conceito de cultura estratégica tem sido alvo de um acalorado debate académico, sendo um conceito em construção. O termo cultura estratégica não tem uma definição adotada.

Apesar da falta de consenso em torno do conceito, a definição de cultura estratégica avançada por Colin Gray (2006) permite, para os propósitos deste texto, discutir o papel das preferências estratégicas dos Estados Unidos na construção das narrativas de segurança nacional após o declínio da União Soviética. Por cultura estratégica, Gray entende o estudo das condições do pensamento, contexto cultural, ideias e influências normativas que rodeiam a ameaça ou o emprego da força

Estudiosos da cultura estratégica norte-americana (Weigley, 1960; Gray, 2006; Mahnken, 2006) sublinham a superioridade tecnológica e a capacidade ofensiva como duas das principais características que definem o *way of war* americano. O pós-II Guerra Mundial foi um período de profunda revisão estratégica, que se materializou na estratégia de dissuasão nuclear. A ordem bipolar do pós-guerra afetou a tradição de guerra ofensiva da cultura estratégica americana ao pôr em causa o próprio sentido básico de uma guerra – obter uma vitória sobre o inimigo. O processo de transformação radical do panorama estratégico pós-Guerra Fria permitiu redefinir os objetivos políticos, sociais, diplomáticos, económicos e militares das opções americanas em

matéria de defesa e voltar a discutir as virtudes do modo militar ofensivo no quadro da nova arquitetura multipolar (Echevarria, 2004).

Os Estados Unidos encararam o final da Guerra Fria como uma oportunidade para expandir o seu alcance estratégico o que, paradoxalmente, esteve na origem do ressurgimento na sociedade americana da tese do declínio da hegemonia dos Estados Unidos.

A discussão interna em torno do declínio dos Estados Unidos no sistema internacional é controversa e cíclica e, nessa medida, eventualmente redundante (Cox, 2001; Joffe, 2009). Mas, na medida em que esta discussão nos afasta da análise dos desafios internacionais que ameaçam o poderio dos Estados Unidos na esfera externa, amplia a compreensão sobre a construção das narrativas de segurança, bem como permite recuperar a centralidade dos atores internos envolvidos nessa construção narrativa. É nesta matriz que ganha centralidade a *Ascensão e Queda das Grandes Potências* escrita por Paul Kennedy (1987) em finais da década de 80 do século passado, obra pioneira que marcou o início de um ciclo de reflexões críticas sobre a política externa norte-americana após a dissolução do império soviético.

Esta dimensão interna do processo de decisão em política externa pode revelar-se determinante na compreensão da cultura estratégica na medida em que: 1) acentua a existência de um debate interno sobre a questão do desempenho externo dos Estados Unidos e 2) põe em evidência as interconexões entre o contexto internacional e a dinâmica interna, definidas pelos atores nacionais e pelas suas práticas em termos de cultura estratégica.

O argumento do declínio relativo assume que economias altamente endividadas e estagnadas do ponto de vista económico têm de se ajustar à nova realidade do espaço político internacional, nomeadamente aos desafios colocados por outros polos de poder que condicionam a liberdade de ação dos Estados e, no caso americano, defendem cosmovisões alternativas que questionam a conceção demoliberal da política externa americana.

Assim, a narrativa histórica do declínio descreve e analisa o declínio da nação ou os fatores da vulnerabilidade que tornam esse declínio inevitável e, por outro lado, estuda orientações e estratégias com o intuito de: 1) permitir a adaptação do país e das

estruturas de governação ao estatuto de potência em declínio ou então 2) estuda orientações e estratégias que permitam protelar no tempo o início da trajetória de declínio ou evitar o processo, abortando-o à partida.

Bush e a narrativa do caos

Na noite do 11 de Setembro de 2001 Bush falou à nação americana sobre a situação de emergência nacional anunciando que os Estados Unidos não iriam poupar esforços para punir os responsáveis pela morte de vítimas inocentes: “não faremos qualquer distinção entre os terroristas que cometeram os atos e aqueles que lhes dão guarida”¹.

A narrativa do Presidente naquela noite abriu caminho a uma perspetiva quase apocalíptica da ameaça do terrorismo islâmico. O ataque à baixa de Manhattan é enquadrado numa narrativa mais ampla, como o último de um conjunto de ataques da Al-Qaeda, dentro e fora do território americano, a interesses norte-americanos envolvendo o ataque às Torres Gémeas em 1993, os ataques em Nairobi e no Quênia, o ataque ao USS Cole no Líbano (2000) e finalmente o 11 de Setembro.

Esta compreensão do fenómeno terrorista tem duas implicações distintas da maior importância. Por um lado, sublinha a relutância em estabelecer limites temporais à punição militar do atentado em Nova Iorque. Além disso, esta rutura com o conceito tradicional de legítima defesa tornou explícita a opção por uma estratégia contraterrorista preventiva: as autoridades receavam novos ataques terroristas e, nessa medida, a resposta militar ao ataque à baixa de Manhattan tinha também como propósito antecipar, e por isso inviabilizar, futuras ameaças terroristas ao território nacional. Esta narrativa habilmente construída pela Administração Bush foi originalmente formulada no memorando jurídico enviado ao Conselho de Segurança, em colaboração com o Reino Unido, explicando o início da missão armada no Afeganistão.

O texto do memorando sublinha a ideia de um ataque contínuo à segurança dos Estados Unidos, objetivando uma visão da guerra contra o terrorismo como uma sucessão de

¹President Bush. *Address to the Nation on the Terrorist Attacks* (Sept. 11, 2001), 37 WEEKLYCOMP. PRES. DOC. 1301, 1301 (Sept. 17, 2001).

batalhas, que sancionam ataques passados e futuros e que continuarão até o inimigo ser vencido (Mégret, 2002). Nesta linha, o Congresso americano validou a narrativa oficial e autorizou o emprego da força com o intuito de prevenir novos atos de terrorismo contra a nação americana (idem).

A perspectiva de uma guerra contínua sem fim à vista contra um inimigo transnacional põe em evidência a visão civilizadora da Presidência Bush, ao propor-se impor pela força das armas a ordem política em zonas caóticas e não democráticas do mundo. Assim, a narrativa do caos permite uma rearticulação credível do discurso sobre as ameaças à segurança nacional americana vincando no imaginário social a centralidade do princípio democrático como princípio ordenador do sistema internacional.

Desta construção narrativa emerge um discurso político em que terrorismo e caos são faces da mesma moeda, constituindo-se como a principal ameaça à identidade americana (Bouchet, 2013). Como é óbvio, o conflito iraquiano também esteve no centro deste discurso preventivo. Aliás, durante a última década, mais ou menos, a narrativa do caos foi usada para afirmar e exportar a presença militar americana no mundo. A narrativa não é, por isso, afetada por constrangimentos espaciais e temporais podendo reinventar-se e estender-se a outros países com os quais os Estados Unidos diziam não estar em guerra - “wars in countries we are not at war with” – em África, no Cáucaso e nas Filipinas bastando para isso a existência de ligações de terroristas locais ou secessionistas à Al-Qaeda, ou a presença de santuários da Al-Qaeda nos seus territórios (Ryan, 2011).

Além disso, a narrativa do caos teve uma boa recepção nas elites do Departamento de Estado e no Departamento de Defesa. A teoria organizacional do processo de decisão político destaca que as estruturas ministeriais são por natureza organizações burocraticamente pesadas e com um pensamento avesso à mudança institucional, devido ao grau de intolerância destas organizações à incerteza e a qualquer alteração das práticas rotinizadas e padronizadas (Allison, 1971). Relativamente às razões deste fenómeno, várias explicações poderiam ser avançadas. Contudo, parece-nos que um dos argumentos mais convincentes na discussão deste assunto é a influência do pensamento neoconservador na elaboração da estratégia de segurança nacional pós-11 de Setembro.

Com o 11 de Setembro os neoconservadores instalaram-se definitivamente na defesa e no Departamento de Estado e daí em diante passaram a comandar os destinos da política de segurança nacional.

Os interesses nacionais dos Estados são construídos e posteriormente decodificados por grupos, entidades ou pessoas com o objetivo de facilitar a compreensão e aceitação desses interesses pela população em geral. No caso americano, as burocracias político-militares e os *think-tanks* com acesso privilegiado às administrações presidenciais participam fortemente na construção do discurso securitário oficial (Murray, 2008).

Relativamente ao período da Administração Bush observamos um processo de institucionalização e internalização da visão do *think-tank* neoconservador *Project for The New American Century* (PNAC) sobre a política de segurança nacional americana e a liderança americana no mundo². Sugerimos que a sua influência está no centro do processo que legitimou a nova narrativa estratégica da guerra preventiva explicando-se assim o papel destas ideias na tomada de decisão que conduziu à intervenção no Iraque – apesar da oposição dos realistas americanos – e, obviamente, na linha política que a partir de então foi seguida pela Administração Bush.

Também observamos que a *antecipação* da materialização de ameaças ou ações futuras (guerra preventiva) se cruza com a narrativa do declínio internacional dos Estados Unidos obrigando a uma vigilância em relação a ameaças ou ações, nomeadamente:

“Contrárias à propagação dos valores americanos desenvolvendo-se no quadro de uma estratégia de consolidação da supremacia dos Estados Unidos e procurando inviabilizar a ascensão de rivais estratégicos que pudessem por em causa o poderio militar norte-americano” (Saraiva, 2009).

Talvez por isso mesmo a proeminência dada à força militar como instrumento da política externa americana não foi posta em causa na Estratégia de Segurança Nacional de 2006 (USA, 2006, p. 18), mesmo depois de vários falhanços militares terem abalado seriamente os fundamentos desta política.

²A informação foi removida do sítio na internet do PNAC, mas a informação encontra-se arquivada e disponível para consulta em <http://web.archive.org/web/20070814183518/http://www.newamericancentury.org/publicationsreports.htm>.

Em final de mandato, a agenda de segurança dos Estados Unidos conserva o foco na guerra contra as forças da Al-Qaeda que passou, no entanto, a definir como “uma nova ideologia totalitária que perverte uma religião” e recusa a democracia e liberdade política, económica e religiosa. A lógica da “preempção”, por sua vez, baseada na ideia de antecipar ou impedir atos hostis dos adversários também não é questionada, assumindo-se abertamente que a força pode ser empregue “antes” dos ataques ocorrerem, mesmo que a incerteza se mantenha quanto ao tempo e ao lugar do ataque do inimigo (USA, 2006, p. 23), e não apenas numa situação de ataque iminente.

A(s) Narrativa(s) de Obama

Durante a campanha presidencial Obama prometeu resolver alguns problemas de política externa e privilegiar as grandes questões da política interna. Garantiu também que se ganhasse as eleições abandonaria o Iraque e daria uma solução política ao Afeganistão (Goldgeier, 2010).

A Estratégia de Segurança Nacional de 2010 (USA, 2010) anuncia um retorno à “normalidade”, o abandono do Iraque e do Afeganistão, tão cedo quanto possível, e o renovado interesse estratégico da zona da Ásia-Pacífico.

Contudo, a Estratégia de 2010 deve ser vista muito mais como um documento de continuidade do que de rutura com a orientação política da administração anterior. A começar pelo elenco de riscos e ameaças que se colocam à segurança do Estado, que não é muito diferente do conjunto de preocupações descritas nas Estratégias de Segurança Nacional de 2002 e 2006 (Ryan, 2011). Aquilo em que a Estratégia de 2010 difere substancialmente das Estratégias da Administração Bush é que, agora, é necessário moderar e ponderar o recurso às capacidades militares, o que está intimamente relacionado com a vontade de dialogar com outros centros de poder.

Como recorda Garcia (2012, p. 147):

“Por parte de la Administración Obama hay un reconocimiento implícito del fin de la primacía de EEUU y de la Unipolaridad (cuya existencia era, por otra parte, virtual), aunque se siga manteniendo la supremacía militar estadounidense y una búsqueda de mejora del poder normativo norteamericano”.

Dito isso, outras ambivalências do documento devem ser realçadas.

De facto, a Estratégia de 2010 partilha com a Administração Bush a narrativa da guerra para travar o terrorismo, repetindo a ideia de um conflito armado global de duração ilimitada contra um inimigo que existe em todo o local e tempo. Nesse sentido, a alteração semântica introduzida no discurso do Cairo⁶ para descrever o combate ao fenómeno terrorista não contribuiu significativamente para a desmilitarização da política externa norte-americana.

Desde este ponto de vista, o discurso de Obama em Oslo, onde recebeu o prémio Nobel da Paz, não surpreendeu ninguém. Durante o discurso, Barack Obama exaltou a história militar americana e fez a apologia da doutrina da guerra justa como ferramenta para alcançar a paz baseada na ideia de que os Estados Unidos são uma nação “excecional”, “benevolente” e “justa” (USA, 2009). Nas palavras de Reeves e May (2013, p. 640):

“Obama’s balanced consideration of multiple perspectives implies that the political *decision* to constitute the world as a global theater of war is the natural *response* to a violent and complicated planet. Yet these decisions are ultimately rooted in a dangerous, a priori American exceptionalism that appears to derive much of its impetus from just war ideology”.

A ênfase na liderança moral dos Estados Unidos no discurso do Presidente Obama tem duas dimensões distintas. Por um lado, objetiva a ideia de que a participação dos Estados Unidos em futuros conflitos terá sempre um fundamento moral. Por outro lado, deixa claro que a liderança americana procurará ativamente o apoio de outros países e coligações antes de partir para os teatros de operações, ressalvando-se contudo que em determinadas circunstâncias poderá ser tomada uma decisão militar unilateral (Reeves e May, 2013).

O discurso de Obama foi saudado por muitos como abrindo uma nova porta para uma nova era. Nem todos concordarão com esta opinião. Parte dos críticos do discurso de Obama no Prémio Nobel veem na afirmação dos Estados Unidos como “nação excecional” uma oportunidade de legitimar o reforço dos poderes presidenciais em questões de política externa.

⁶ Barack Obama’s Cairo Speech, disponível em <http://www.theguardian.com/world/2009/jun/04/barack-obama-keynote-speech-egypt>

Aparentemente, a(s) narrativa(s) de Obama são cuidadosamente construídas para serem ambíguas.

No quadro da construção do discurso da segurança nacional, o papel desempenhado pelos juristas da equipa presidencial de Obama tem sido crucial. Diferentemente do que sucedia na Administração Bush, que permitiu a penetração das ideias neoconservadoras no departamento jurídico (pela mão de Alberto Gonzalez e outros), o próprio Obama levou para o departamento jurídico da presidência reputados juristas de tendência liberal nas áreas do Direito Internacional e Direito Internacional dos Direitos Humanos. O que surpreende em Harold Koh, David Barron ou Martin Lederman, por exemplo, conhecidos defensores dos limites do poder presidencial, são as suas posições jurídicas na assessoria da Presidência (Edelson, 2013): os seus memorandos e pareceres constroem um discurso simbólico das ameaças e riscos que garante liberdade de ação ao Presidente, tanto dentro dos Estados Unidos (em relação ao Congresso) como fora. O principal problema de Obama é o discurso do caos que herdou de Bush. Barack Obama não conseguiu demarcar-se nem opor-se ao processo de institucionalização e normalização da guerra contra o terrorismo como ameaça à cultura estratégica americana iniciado na presidência anterior, o que faz de Obama um continuador desta narrativa que tem boas hipóteses, segundo Jackson (citado por McCrisken, 2011, p. 786), de se transformar numa narrativa permanente na cultura estratégica norte-americana. A intervenção na Líbia sem a autorização do Congresso e a defesa da legalidade dos *drones* ao abrigo do Direito Internacional mostram a incapacidade da Presidência de interromper a narrativa do caos (Fisher, 2012). Com efeito, para além de salvaguardar a atuação da CIA, que vem intensificando os assassinatos de alvos terroristas ou seus simpatizantes (Rohde, 2012) e ataques com UAV (*drones*) no Paquistão, Iémen e outros locais⁸, a utilização de *drones* procura resolver um problema político deixado pela administração anterior: Guantanamo. Desde este ponto de vista, a solução dos UAV era necessária porque: 1) o Presidente sabe que o Congresso dificilmente fechará Guantanamo; 2) não é possível continuar a enviar para Cuba suspeitos de terrorismo, o que significa que a sua eliminação preventiva permite acabar com o problema da

⁸ As razões desta opção não vêm aqui ao caso, o que não significa que algumas destas razões não sejam razoáveis e legítimas.

detenção e julgamento dos suspeitos de terrorismo e 3) discrimina melhor combatentes e não combatentes e é uma tecnologia de elevada precisão, embora esta opção gere insegurança nas populações locais e ressentimento contra os Estados Unidos.

Também tem sido observado que a atuação da presidência Obama se foi tornando cada vez mais próxima dos cinco princípios orientadores dos neoconservadores, a saber: 1) a ideia de que o poder americano é essencialmente benigno; 2) guerra preventiva; 3) ideologia democrática, 4) confiança na tecnologia e 5) unilateralismo (Saraiva, 2014). Neste último aspeto a atual presidência tem feito um esforço para se distanciar das práticas unilaterais do passado, como foi o caso do conflito líbio.

Concluindo, as presidências Obama têm sido particularmente e crescentemente erráticas. No entanto, é cada vez mais notório que a Administração se encontra refém da narrativa da guerra (justa) que herdou da Presidência Bush. Paradoxalmente, embora se mostre mais seletivo do que Bush nos conflitos em que envolve os Estados Unidos, Obama recorre mais a tecnologias discutíveis do ponto de vista do *jus ad bellum* (direito contra a guerra) e do Direito Internacional Humanitário do que o seu predecessor.

Faz-se necessário, portanto, avaliar até que ponto a narrativa do caos permite manter ou aumentar a liberdade estratégica dos Estados Unidos e as consequências da proeminência da luta contra o terrorismo na liderança internacional dos Estados Unidos, bem como a base de apoio do eleitorado americano.

Conclusões

Este texto lançou um olhar sobre a retórica presidencial de Obama em relação ao papel da força armada na política internacional a partir da participação das elites nacionais na construção simbólica das narrativas de segurança da Presidência.

O texto teve como objetivo principal mostrar que a cultura estratégica americana após o desaparecimento da ameaça do comunismo soviético assumiu uma narrativa estratégica principal, a tese do declínio da hegemonia internacional dos Estados Unidos, e uma narrativa secundária – a narrativa do caos – associada à guerra global e ao terrorismo.

Desta forma, procurámos fazer uma breve análise comparativa das administrações Bush e Obama mostrando que em matéria de segurança nacional são mais as similitudes do que as diferenças.

Neste texto, procurámos mostrar as ambiguidades da(s) narrativa(s) da Presidência Obama, patentes na Estratégia de Segurança Nacional de 2010 e no discurso proferido em Oslo, na entrega do prémio Nobel.

A reflexão aponta para uma crescente dificuldade da Administração Obama em libertar-se da herança da Administração Bush: a guerra contra o terrorismo e a narrativa do caos, desordem e insegurança. Esta dificuldade relaciona-se com o processo de institucionalização e normalização da narrativa da guerra contra o terrorismo como ameaça à cultura americana iniciado na presidência anterior, de que Obama é, inadvertidamente ou não, um continuador, sugerindo-se que a narrativa é perniciosa e fragiliza as suas opções de política externa.

Desta forma, fica patente que a narrativa do caos, a par da narrativa do declínio, poderá vir, no futuro, a constituir-se, indesejavelmente, como uma narrativa permanente na cultura estratégica norte-americana.

Referências bibliográficas

Allison, Graham, 1971. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Boston: Little, Brown and Company.

Bouchet, 2013. The Democracy Tradition in US Foreign Policy and the Obama Presidency. *International Affairs*. Vol 89: 1, pp. 31-51.

Cox, Michael, 2001. Whatever Happened to American Decline? International Relations and New US Hegemony. *New Political Economy*, Vol. 6:3, pp. 311-340.

Cox, Michael, 2007. Is the US in Decline – Again? An Essay. *International Affairs*, Vol. 83: 4, pp. 643-653.

Echevarria A. J., 2004. *Toward An American Way of War*. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Edelson, Chris, 2013. In Service of Power: Legal Scholars as Executive Branch Lawyers in the Obama Administration. *Presidential Studies Quarterly*. Vol. 43: 3, pp. 618-640.

- Fisher, Louis, 2012. Military Operation in Libya: No War? No Hostilities? *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 42:1, pp. 176-189.
- Garcia, David, 2012. La “Doctrina Obama”, la Teoria de la “Guerra Limitada” y la Nueva Política Exterior de EEUU: ¿Hacia a Una Política Neo-Nixoniana. *UNISCI Discussion Papers*, Vol. 28.
- Goldgeier, James, 2010. Making a Difference? Evaluating the Impact of President Barack Obama. *UNISCI Discussion Papers*, Vol. 22, pp. 116-140.
- Gray, Colin, 2006. *Irregular Armies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?* Carlisle: Strategic Studies Institute.
- Jackson, Richard, 2011. Culture, Identity and Hegemony: Continuity and (the Lack of) Change in US Counterterrorism Policy from Bush to Obama. *International Politics*, Vol. 48: 2-3, pp. 390-411.
- Joffe, Josef, 2009. The Default Power - The False Prophecy of America's Decline. *Foreign Affairs*, Vol. 88: 5, pp. 21-35.
- Kennedy, Paul, 1987. *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York: Random House.
- Labouche, Thomas, 2012. Has US Leadership Been Revitalized through Barack Obama’s Innovative Use of Force? *The Quarterly Journal*, Spring, pp. 37-52.
- Mahnken, Thomas, 2006. *United States Strategic Culture*. Report for the Threat Reduction Agency Advanced Systems and Concepts Office. s/l.
- May, Matthew, 2013. The Peace Rhetoric of a War President: Barack Obama and the Just War Legacy. *Rhetoric & Public Affairs*, Vol. 16: 4, pp. 623-650.
- McCristen, Trevor, 2011. Ten Years on: Obama’s War on Terrorism in Rhetoric and Practice. *International Affairs*, Vol. 87:4, pp. 781-801.
- Mégret, Frédéric, 2002. ‘War?’ Legal Semantics and the Move to Violence. *EJIL*. Vol. 13: 2, pp. 1-38.
- Murray, Douglas J. e Viotti, Paul R. (eds.), 1994. *The Defense Policies of Nations: A Comparative Study*. 3rd edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Murray, Williamson, 2008. History, War, and the Future. *Orbis*, Vol. 52: 4, pp. 544-563.
- Quinn, Adam, 2011. The Art of Declining Politely: Obama’s Prudent Presidency and the Waning of American Power. *International Affairs*. Vol. 87:4, pp. 803-824.

- Reeves, Joshua e May, Mathew, 2013. The Peace Rhetoric of a War President: Barack Obama and the Just War Legacy. *Rhetoric & Public Affairs*. Vol. 16: 4, pp. 623-650.
- Rodhe, David, 2012. The Obama Doctrine. *Foreign Policy*, March/April, pp. 65-69.
- Ryan, Maria, 2011. War in Countries We Are Not at War With the ‘War on Terror’ on the Periphery from Bush to Obama. *International Politics*. Vol. 48, pp. 364-389.
- Saraiva, Maria Francisca, 2014. Tecnologia e Governança Internacional: o Papel da Dissimetria Tecnológica no Desempenho Estratégico dos EUA no Período Pós-Bipolar. *Atas do II Congresso do Observare*, disponível em <http://observare.ual.pt/conference/pt/livro-de-actas-2014>
- Saraiva, Maria Francisca, 2009. *Poder Militar e Agressão Armada em Ambiente Pós Militar: Análise Jurídico-Estratégica das “Guerras High Tech” e das “Novas O Guerras” nos Discursos e Práticas sobre Agressão e Legítima Defesa*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCSP/Universidade e Lisboa.
- USA, 2010. *The National Security Strategy of the USA*. Washington: The White House.
- USA, 2009. *Remarks by the President at the Acceptance of the Nobel Peace Prize at Oslo, Norway*, The White House, Washington, D.C.
- USA, 2006. *The National Security Strategy of the USA*. Washington: The White House, p. 18.
- Weigley, Russell, 1960. *The American Way of Warfare: A History of United States Military Strategy and Policy*. Bloomington: Indiana University Press.